



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
XV CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

BELÉM, 20 DE NOVEMBRO DE 2005.

NOME DO(A) CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
XV CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:

- 1. LEIA COM ATENÇÃO AS QUESTÕES. QUALQUER DÚVIDA, DIRIJA-SE A UM DOS FISCAIS DE SALA.**
- 2. PREENCHA SEU NOME E SEU NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA CAPA DA PROVA.**
- 3. NÃO SERÁ PERMITIDA CONSULTA DE QUALQUER ESPÉCIE.**
- 4. O CARTÃO RESPOSTA É INSTRUMENTO FUNDAMENTAL, PELO QUE V. SA. DEVERÁ TER A DEVIDA CALMA E ATENÇÃO AO PREENCHÊ-LO, CERTIFICANDO-SE QUE A ALTERNATIVA FOI DEVIDAMENTE ASSINALADA.**
- 5. NÃO RASURE O CARTÃO RESPOSTA, POIS NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO.**
- 6. PREENCHA O CARTÃO RESPOSTA COM CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA OU AZUL.**
- 7. O PREENCHIMENTO DE MAIS DE UMA ALTERNATIVA PARA A MESMA QUESTÃO NO CARTÃO RESPOSTA ACARRETERÁ A PERDA DA QUESTÃO, AINDA QUE DENTRE AS ESCOLHIDAS TENHA SIDO ASSINALADA A CORRETA.**
- 8. NÃO SERÁ PERMITIDO AO CANDIDATO, EM QUALQUER HIPÓTESE, LEVAR O CADERNO DE PROVA, PELO QUE O MESMO DEVERÁ SER ENTREGUE AO FISCAL DE SUA SALA AO FINAL DA PROVA.**
- 9. A PROVA TERÁ A DURAÇÃO DE 05 (CINCO) HORAS.**
- 10. CADA QUESTÃO POSSUI, APENAS, UMA ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA EM CONFORMIDADE COM O COMANDO DE CADA QUESTÃO.**

BOA PROVA !

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. A Constituição dos Estados Unidos de 1787 foi a primeira Constituição escrita e rígida de um Estado-Nacional, como entendido contemporaneamente, tendo abrigado, de forma expressa, o controle jurisdicional de constitucionalidade.

II. No Brasil, o poder que os Juízes singulares têm de declarar a inconstitucionalidade de uma norma jurídica não é contido, de forma expressa, pela Constituição Federal de 1988, sendo, assim, resultado de construto jurisprudencial do STF.

III. Cabe a correlata Ação Direta de Inconstitucionalidade, no Tribunal de Justiça Estadual, que tiver por objeto lei municipal frente à Constituição estadual, consignando esta normas de reprodução obrigatória. Da decisão do TJ Estadual, em tese, caberá Recurso Extraordinário para o STF.

IV. É atribuição do Advogado-Geral da União, em ação direta de inconstitucionalidade, a defesa da norma legal ou ato normativo impugnado,

independentemente de sua natureza federal ou estadual.

a) Apenas a afirmação II está correta.

b) Apenas a afirmação I está incorreta.

c) As afirmações I e III estão incorretas e as demais corretas.

d) As afirmações I e III estão corretas e as demais incorretas.

2. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Constituição escrita e poder constituinte são idéias que emergiram na cultura ocidental no século XVIII, associadas entre si, no bojo da ideologia revolucionária oportunamente chamada liberalismo, que se insurgiu contra o absolutismo real para defender a liberdade individual.

II. A teoria dos antigos já diferenciava as leis de organização política das normas comuns. Na Grécia antiga havia uma ação jurídico-política (a *graphé paranomon*) para impugnar a legislação que afrontasse as normas fundamentais da pólis, a qual tinha o objetivo de punir, inclusive com pena de morte, a pessoa do autor de tal legislação.

III. Em face da teoria da dupla revisão as matérias abrangidas pelas “cláusulas

pétreas” podem ser alteradas desde que primeiro se revogue a “cláusula pétrea”, e, após, aí sim, altere-se as disposições sobre a matéria em questão anteriormente “petrificada”. A Emenda Constitucional de No. 45, a chamada reforma do Judiciário, possibilita, de forma expressa, que o STF adote tal teoria.

IV. Consoante posição sedimentada no STF há direito adquirido a regime jurídico estatutário

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) As afirmações I e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- d) Apenas a afirmação IV está incorreta.

3. Considere as afirmações acerca da Emenda Constitucional No. 45:

I. Poderá, o Conselho Nacional de Justiça, ao analisar representação contra juiz estadual em face de suposta vantagem indevida recebida no curso de um processo, anular a decisão judicial proferida por tal magistrado e favorável à parte que, em tese, teria lhe ofertado o importe indevido.

II. Ao disciplinar a recepção dos tratados de direitos humanos no Direito brasileiro, a EC 45/04, adotando a teoria do bloco de constitucionalidade,

estabelece a equivalência de tais tratados com as Emendas Constitucionais, após aprovação no Congresso Nacional.

III. Ao disciplinar as súmulas vinculantes, a EC No. 45/04 estabelece a possibilidade de conversão das atuais súmulas do STF em súmulas vinculantes, desde que confirmadas por dois terços de seus integrantes e publicadas na imprensa oficial.

IV. Houve, com esta Emenda, a equiparação dos autores, entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade, com o alargamento da legitimidade da primeira, que antes era restrita apenas a quatro autores.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As afirmações I e II são corretas.
- b) As afirmações II, III e IV são incorretas.
- c) Apenas a afirmação IV está incorreta.
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas.

4. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. À luz da Constituição Federal brasileira vigente, compete ao Presidente da República promulgar emenda à

Constituição, após votação no Congresso Nacional, cuja proposta será discutida e votada em cada Casa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 dos votos dos respectivos membros.

II. Todo processo de impeachment é precedido por processo junto a uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

III. No que se refere à matéria tributária veiculada em Medida Provisória, pode-se dizer que a grande inovação da Emenda n.º 32/01 foi ter permitido, expressamente, a veiculação de matéria tributária via MP, exigindo, porém, que a MP fosse convertida em lei no exercício financeiro anterior ao da sua efetiva cobrança, garantindo assim na prática o princípio da anterioridade tributária.

IV. O Direito Constitucional brasileiro vigente contempla a figura da sanção tácita das leis.

- a) Apenas as afirmações III e IV estão corretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmação II está correta.
- d) As afirmações II e III estão incorretas.

5. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Consoante a teoria das normas constitucionais inconstitucionais de Otto Bachof, o direito positivo constitucional sempre que em contradição com o direito suprallegal, apenas será constitucional em sua forma (estará inserido no documento escrito: Constituição), sendo, todavia, inconstitucional em sua substância.

II. O STF, atualmente, tem entendido o princípio da subsidiariedade, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, como a inexistência de outro meio de controle objetivo/abstrato à disposição da parte autora.

III. No que tange ao preâmbulo de nossa Constituição Federal, pode-se afirmar que a jurisprudência do STF aponta no sentido de que o mesmo não deve prevalecer em face do texto constitucional, não ofertando, por si só, base para exigências de poder governamental ou de direito privado, devendo, assim, nortear, de forma subordinada, a atividade interpretativa.

IV. As ilhas oceânicas e costeiras que contenham a sede de Municípios serão, sempre, bens da União.

- a) A afirmação I está incorreta.
- b) As afirmações III e IV estão incorretas.
- c) As afirmações I, II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

6. Considere as seguintes afirmações:

I. A PGE tem por chefe o Procurador Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, preferencialmente, dentre integrantes da carreira de Procurador do Estado.

II. Compete aos Procuradores do Estado elaborar informações em mandados de segurança em que autoridade estadual integrante da Administração direta e indireta seja apontada como coatora.

III. Os Procuradores do Estado não poderão transigir, confessar, desistir ou acordar em juízo, ou fora dele, ou deixar de interpor o recurso cabível, salvo quando expressa e previamente autorizados pelo Conselho Superior da Procuradoria, sempre demonstrando, em parecer fundamentado, o interesse público na adoção da medida.

IV. Os Procuradores integrantes de qualquer classe da carreira poderão ser designados pelo Procurador Geral do Estado para elaborar peças em processos administrativos e judiciais relevantes, afetos a quaisquer das classes, sem que tal ato importe alteração remuneratória ou remanejamento de classe, devendo a designação recair, necessariamente, nos

Coordenadores da respectiva área.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Todas as afirmações estão incorretas.

b) Apenas as afirmações II, III e IV estão incorretas.

c) Apenas as afirmações I, II e III estão incorretas.

d) Apenas a afirmação II está correta.

7. Considere as seguintes afirmações sobre a teoria dos Direitos Humanos e Fundamentais:

I. A Magna Carta de 1215, não pode ser considerada como um marco na doutrina dos Direitos Humanos, eis que continha apenas a afirmação de direitos imemoriais corporativos da aristocracia e clero ingleses, estabelecendo um *modus vivendi* com o monarca.

II. A Constituição Alemã de 1919, conhecida como Constituição de Weimar, foi o primeiro texto constitucional a consagrar os chamados direitos da segunda geração.

III. A Constituição dos EUA de 1787, trouxe, já em sua primeira versão, a famosa declaração dos direitos do homem que inspirou vários textos constitucionais que se seguiram.

IV. O princípio da proporcionalidade em

sentido restrito significa que uma lei que imponha restrições a direitos humanos, ainda que adequada e necessária, pode ser inconstitucional, quando adote cargas coativas de direitos, liberdades e garantias excessivas ou desproporcionadas em relação aos resultados obtidos.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As afirmações I e III estão incorretas.
- b) As afirmações II e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmação II está correta.
- d) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.

8. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social deverão constar do orçamento da União.
- b) Consoante o art. 165, § 8º, da CF/88, a lei orçamentária anual não poderá conter, em nenhuma hipótese, dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa.
- c) Montesquieu conferiu ao Poder Judiciário um menor relevo em seu trabalho, chegando a afirmar que dos três poderes, o judiciário é, de algum modo, nulo.
- d) A exploração direta de atividade

econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse da União, dos Estados ou Municípios.

9. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. No Brasil não se admite o Mandado de Segurança nas hipóteses em que visa combater lei em tese e decisão judicial passível de recurso ou correição, salvo, sob reservas, se o recurso cabível não tiver efeito suspensivo.

II. Não se admite, no Supremo Tribunal Federal, o manejo de *Habeas Corpus* para trancamento de sindicância administrativa, nem, ainda, sua impetração para proteger outro direito que não seja o de locomoção.

III. A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau. Julgado o feito na primeira instância, se ficar configurado o impedimento de mais da metade dos desembargadores para apreciar o recurso voluntário ou a remessa obrigatória, ocorrerá a competência do STF.

IV. O *habeas data* destina-se a garantir, em favor da pessoa interessada, o exercício de pretensão jurídica discernível em seu tríplice aspecto: (a) direito de acesso aos registros; (b) direito de retificação dos registros e (c) direito de complementação dos registros.

- a) Apenas a afirmação IV está correta.
- b) Todas as afirmações estão corretas.
- c) Apenas a afirmação III está incorreta.
- d) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.

10. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. A Constituição Federal do Brasil estabelece casos de competência legislativa comum entre União, Estados Membros e Municípios.

II. É possível afirmar que a interpretação conforme a constituição só é legítima quando existe um espaço de decisão, em que são admissíveis algumas hipóteses interpretativas, umas em acordo com a Constituição e que devem ser prestigiadas, outras em desconformidade com tal norma.

III. A forma de Estado federalista adotada por nossa Constituição de 05/10/88, tem como um de seus pilares essenciais, a participação da comunidade

municipal local na formação da vontade nacional, através da participação nas Casas do Congresso Nacional.

IV. No Brasil, por força da Constituição federal vigente, nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária, apenas as benfeitorias úteis e necessárias devem ser pagas em dinheiro.

- a) As afirmações II e IV estão corretas.
- b) Apenas a afirmação I está incorreta.
- c) A afirmação IV está incorreta.
- d) As afirmações II, III e IV estão corretas.

11. Considere as seguintes afirmações:

I. No que se refere ao princípio fundamental da soberania se pode afirmar que o privilégio resultante da imunidade de execução não inibe a Justiça brasileira de exercer jurisdição nos processos de conhecimento instaurados contra estados estrangeiros.

II. O decreto de intervenção, do Estado Membro no Município, deverá especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução, devendo, ainda, se couber, nomear o interventor. Tal decreto será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas.

III. A firme jurisprudência do STF,

mediante prestígio do alcance literal do art. 102, I, *f, in fine*, da Constituição, assegura ser de sua competência originária causas entre autarquias federais e Estados-Membros, mesmo quando as primeiras, a exemplo dos institutos nacionais da previdência, tenham sede ou estrutura regional de representação no território estadual respectivo.

IV. Por nossa Constituição Federal de 1988 todos os Tribunais do Poder Judiciário devem fazer constar de sua composição membros oriundos da advocacia e do Ministério Público, obrigação esta comumente conhecida por “quinto constitucional” não obstante o fato de que o percentual de participação destes membros não é, sempre, fixado em 1/5 (um quinto) da composição dos tribunais.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As afirmações I, e IV estão corretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) A afirmação III está correta.
- d) Apenas a afirmação I está correta.

12. Considere as seguintes afirmações:

I. A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, bem como qualquer de suas Comissões, poderá convocar Secretário

de Estado ou dirigentes de entidades da administração indireta, para prestar, pessoalmente, informação sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

II. Consoante nossa Constituição estadual vigente, a mesma poderá ser emendada mediante proposta do Tribunal de Justiça do Estado, após aprovação por maioria qualificada de seus desembargadores.

III. Admitida a acusação contra o Governador do Estado do Pará, por dois terços da Assembléia Legislativa, mediante votação secreta, será ele submetido a julgamento perante o STJ, nas infrações penais comuns, ou perante a própria Assembléia Legislativa, nos crimes de responsabilidade.

IV. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Congresso Nacional.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As afirmações I, II e III estão corretas.
- b) As afirmações I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmação II está correta.
- d) Apenas a afirmação III está incorreta.

13. Considere as seguintes afirmações e

assinale a alternativa **CORRETA**:

I. O sistema de *check (chek and balance)*, tomou contornos mais nítidos após a decisão proferida pela Suprema Corte Americana, no caso *Marbury x Madison*, que ao analisar o mérito da questão enfrentada, lançou as raízes para o *Judicial Review*.

II. Aos procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após cinco anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

III. Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado não tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação, podendo, apenas, pugnar pela nulidade de tal preenchimento.

IV. Se pode afirmar que o sistema de “separação de poderes” (absoluto) não se trata de uma organização histórica completa, praticada em qualquer lugar com todo detalhe, a não ser apenas um esquema teórico cuja construção esclarece, facilita a compreensão do princípio de organização, pelo que há que se falar em divisão, e não em separação.

a) Todas as afirmações estão incorretas.

b) As afirmações III e IV estão incorretas.

c) Apenas a afirmação IV está correta.

d) Apenas a afirmação I está incorreta.

14. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. O STF já assentou que o princípio da razoabilidade, a direcionar no sentido da presunção do que normalmente ocorre, afasta a exigência, como ônus processual, da prova da qualidade de procurador do Estado por quem assim se apresenta e subscreve ato processual.

II. O preceito constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia meramente limitada, desprovida, em consequência, de auto-aplicabilidade, razão pela qual, para atuar plenamente, depende, atualmente, da edição da lei complementar.

III. Os partidos políticos, no Brasil, estão impossibilitados de receber recursos financeiros de entidade particular estrangeira, sendo, todavia, possível doações de governos estrangeiros, desde que autorizada pelo TSE.

IV. O fenômeno da mutação constitucional, processo informal de alteração da Constituição, ocorre através da modificação do sentido, significado ou alcance de suas normas, deixando, pois,

inalterado seu texto, possui como limites os mesmos do poder “constituente” reformador, bem como os princípios estruturais da Constituição.

- a) Todas as afirmações estão incorretas.
- b) A afirmação IV está correta.
- c) Apenas as afirmações I e III estão incorretas.
- d) Apenas a afirmação I está correta.

15. Considere as seguintes afirmações:

I. Caberá Ação Direta de Inconstitucionalidade para desafiar acordo coletivo.

II. No que concerne aos Direitos Sociais podemos afirmar que os encontramos já na encíclica *rerum novarum*, de 15 de maio de 1891, um marco da doutrina social da igreja católica, que visando reparar as eventuais falhas do mercado, organizar e proteger a sociedade, oferta uma alternativa às teorias socialistas através do reconhecimento do que chamou de “questão social”.

III. O STF já firmou posicionamento no sentido de definir a irredutibilidade de subsídio, garantia do Poder Judiciário, como irredutibilidade fática e não jurídica, não garantindo, assim, a reposição das perdas inflacionárias aos magistrados.

IV. A exigência constitucional de reserva de vagas para portadores de deficiência em concurso público não se impõe em casos em que o percentual legalmente previsto seja inferior a um.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As afirmações II e III estão corretas.
- b) As afirmações III e IV estão incorretas.
- c) As afirmações I e II estão incorretas.
- d) As afirmações I, II e III estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Optando o Poder Público pela parceria com a iniciativa privada, é **CORRETO** afirmar que:

I. A celebração do contrato de parceria público privada é permitida para contratos com valores superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), cujo período de prestação de serviço seja superior a 5 anos, e que não tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

II. Na contratação de parceria público-privada os riscos do contrato correrão inteiramente por conta do parceiro privado, nos mesmos moldes da previsão

existente para as concessões comuns, disciplinadas pela Lei n. 8987/95.

III. As cláusulas dos contratos de parceria público-privada deverão prever, entre outras exigências legais, a repartição de riscos entre as partes contratantes, prazo de vigência do contrato não inferior a 10 anos, nem superior a 35 anos, incluindo eventual prorrogação.

IV. A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita, entre outras, através de outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Apenas II, III, IV estão corretas;
- c) Apenas II, III e IV estão corretas;
- d) Somente I e IV estão corretas.

17. Em relação ao tema “Crimes contra a Administração Pública”, aponte a resposta **CORRETA**:

I. Comete peculato o policial que, no cumprimento do seu dever funcional, apreende o dinheiro do crime, e dele se apropria, desviando, em proveito próprio, aquilo que detinha em nome da Administração Pública.

II. O crime de concussão é formal e unilateral, pois o particular surge como ofendido e o agente público como

ofensor. A norma específica que o sujeito do crime poderá encontrar-se fora do exercício das funções, ou até praticar o crime antes de assumi-la, podendo ser praticado até pelo funcionário de fato ou até o usurpador da função pública.

III. Na modalidade de condescendência criminosa, que não admite tentativa, é necessário que o funcionário tenha competência para responsabilizar seu dependente, já que dará início ao processo administrativo para apuração da falta no âmbito disciplinar.

IV. O abandono de cargo público é o afastamento intencional, tratando-se de crime permanente, que se protraí enquanto perdurar o abandono; na hipótese, o prazo de prescrição da infração na esfera disciplinar será diverso daquele previsto na lei penal, pela independência entre as esferas administrativa e penal.

V. O crime de violação de sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, incide sobre todas as modalidades de licitação, não só à concorrência pública como era disposto no revogado art. 326 do Código Penal.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão incorretas;
- c) Apenas III e IV estão incorretas;

d) Apenas a III está incorreta.

18. Com relação à Desapropriação, é **CORRETO** afirmar:

I. A indenização paga a terceiro não proprietário não anula a desapropriação, pois incorporado ao patrimônio público o bem não pode mais ser objeto de reivindicação.

II. A transcrição da desapropriação (amigável ou judicial) no registro de imóveis não exige continuidade em relação aos registros anteriores do imóvel, e não há possibilidade de evicção, para eventuais prejudicados.

III. A desapropriação fundamentada no Estatuto da Cidade tem como pressuposto o transcurso de cinco anos de cobrança de IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização do imóvel.

IV. O STF, por força de ADIn, deferiu liminar, por maioria de votos, para suspender parcialmente a eficácia do dispositivo que dispõe que a sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que serão fixados entre meio e cinco por cento do valor da diferença,

observado o disposto no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, da expressão *não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00* (cento e cinquenta e um mil reais).

V. A jurisprudência do STF tem entendido que a desistência na desapropriação é possível, independentemente do consentimento do expropriado, revogando-se a declaração expropriatória, até o pagamento do preço ao expropriado, e/ou incorporação do bem ao patrimônio do expropriante.

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Todas as alternativas estão incorretas.

c) Apenas I, II, III e V estão corretas;

d) Apenas I, II e V estão corretas.

19. Com relação ao tema das Licitações é **CORRETO** afirmar que:

I. A existência de normas gerais de licitação e contratação não inibe a iniciativa regulamentadora que a autoridade administrativa de qualquer dos Poderes constituídos, em todas as esferas da Federação, exercerá por meio de atos que veicularão regras impessoais e abstratas, tendentes a viabilizar a fiel execução das normas gerais da Lei 8666/93;

II. Quanto às concessões, sendo contrato

administrativo, dúvida não pode haver quanto a selecionar-se através de disputa licitatória, quer se cuide de serviço público ou de concessão de uso de bem público.

III. Todas as estimativas de valores, preços e custos utilizados nas licitações em geral, inclusive nas concorrências internacionais, terão de ser expressas em moeda corrente nacional, o que obriga o edital a vedar vinculação desses valores, preços ou custos, a índices indexadores, ainda que oficiais, ou a moeda estrangeira.

IV. É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas;
- d) Apenas I e III estão corretas.

20. Com fundamento na Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), aponte a resposta **INCORRETA**:

a) Quando a Administração Pública quiser adquirir imóvel urbano mediante

desapropriação (§3º 182 CF), também terá de verificar, como condição prévia de legalidade e legitimação desta ação a adequação orçamentária-financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual, além da lei de diretrizes orçamentárias.

b) A lei permite a aplicação de receita de capital, derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para satisfação de despesa corrente, salvo para os regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

c) A lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

d) Não podendo a lei orçamentária consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize sua inclusão, só poderão ser incluídos novos projetos após atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

21. Com relação às normas constitucionais relacionadas ao Servidor Público, aponte a única alternativa **INCORRETA**:

a) O servidor estabilizado nos termos do art. 19 do ADCT não tem direito à efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus a contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade excepcional como título.

b) O Supremo Tribunal Federal deu interpretação conforme ao inciso I do art. 114 da CF, na redação da EC n. 45, suspendendo, *ad referendum*, toda e qualquer interpretação que inclua na competência do Judiciário Trabalhista a de processar e julgar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores “a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo”.

c) De acordo com recente Resolução do TST, inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho dirimir dissídio individual entre trabalhador e ente público se há controvérsia acerca do vínculo empregatício;

d) O direito de greve do servidor público civil encontra amplo respaldo na nova redação dada pela EC 45, que autorizou a

Justiça Trabalhista a processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve, conferindo ao Ministério Público do Trabalho o ajuizamento do dissídio coletivo junto àquela Justiça Especializada.

22. Sobre os “Serviços Públicos” aponte a alternativa **CORRETA**:

I. A Lei n. 8987/95 prevê que o concessionário poderá ser remunerado com a arrecadação de tarifas dos usuários dos serviços e por fontes de receitas alternativas com vistas a favorecer a modicidade das tarifas

II. Nos termos do art. 175, III, da Constituição Federal de 1988, cabe à Constituição e não à Lei, explicitar a política tarifária, devendo o poder público exercer controle direto quanto aos preços praticados.

III. Por força do princípio da continuidade do serviço público, o instituto da *exceptio non adimpleti contractus* tem sua aplicação restringida em relação aos contratos de concessão, não podendo o serviço ser interrompido ou paralisado, até decisão final transitada em julgado.

IV. No Brasil, a Carta Política de 1937 proibia a greve; a Constituição de 1946

reconheceu o direito; a Constituição de 1967 manteve a permissão, sendo que a Constituição vigente, alterada pela EC 19/98, reporta-se à lei complementar que, nos termos de decisão do STF, é imprópria para produzir os seus efeitos (eficácia limitada).

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão incorretas;
- c) Apenas I e III estão corretas;
- d) Apenas I, III e IV estão corretas.

23. A respeito do tema da “Responsabilidade Civil do Estado”, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Entre as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público a que alude o §6º do art. 37 da CF se incluem as permissionárias de serviço público. Pela teoria do risco administrativo, a responsabilidade objetiva permite que a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado demonstre a culpa da vítima, a fim de excluir a indenização ou diminuí-la;

II. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer forma de empreendimento estão obrigados a fornecer serviços adequados, seguros, respondendo, independentemente da

existência de culpa, pela reparação dos danos causados ao consumidor pelo descumprimento dessa obrigação.

III. De acordo com jurisprudência do STF a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.

IV. Quando o Estado é acionado, com base na responsabilidade objetiva, deverá denunciar à lide o servidor supostamente faltoso, hipótese de litisconsórcio necessário, para o fim da reparação do dano. O servidor, assim, ressarcirá o erário, depois de transitar em julgado a condenação imposta à Fazenda Pública.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Apenas I, II, e IV estão corretas;
- c) Apenas II, III e IV estão corretas;
- d) Apenas I, II, III estão corretas.

24. No que tange à reforma da Constituição Federal, nos tópicos referentes à Previdência Social é **CORRETO** afirmar:

I. No regime vigente até 15.12.98 os servidores poderiam inativar-se voluntariamente aos 35 anos de tempo de serviço (homens) e 30 (mulheres),

respectivamente, independentemente da idade, do tempo de serviço público, exceto em relação a algumas carreiras, sem a imposição de teto limitador dos proventos e isenção de contribuições previdenciárias.

II. No regime vigente a partir da Emenda Constitucional n. 41/2003, a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

III. No regime vigente a partir da publicação da Emenda n. 41/2003 os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e corresponderão à totalidade da remuneração.

IV. No regime vigente a partir da publicação da Emenda Constitucional n. 47/2005, o servidor do Estado (homem) que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 pode aposentar-se com proventos integrais, desde que tenha trinta e cinco anos de contribuição, vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria, além da idade mínima resultante da redução,

relativamente aos limites de idade estipulados na CF, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder o tempo de contribuição de trinta e cinco anos (homem).

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão incorretas;
- c) Apenas I e IV estão corretas;
- d) Apenas a IV está correta.

25. Em face da alienação onerosa de **bens tombados**, pertencentes a pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A alienação onerosa de bem tombado não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem devendo o proprietário notificar judicialmente os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de sessenta dias, sob pena de perdê-lo.
- b) O direito de preferência sobre o bem tombado não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.
- c) Nenhuma venda judicial de bens tombados poderá se realizar sem que, previamente, os titulares do direito de

preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

d) O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da lei.

26. De acordo com o disposto na Lei Complementar n. 101/2002, aponte a única resposta **CORRETA:**

a) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação não poderá exceder, para a União 50% da receita corrente líquida; Estados, 50% da receita corrente líquida; Municípios, 60% da receita corrente líquida.

b) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

c) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou ao órgão que houver incorrido no excesso, entre outras vedações constantes da lei, a concessão de vantagem, aumento,

reajuste, criação de cargo, emprego ou função, alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa, inclusive a revisão geral anual prevista no inciso X do art. 37 da Constituição.

d) Para fins de adequação aos limites de despesa a lei facultou a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, tendo, porém, o C. STF, em liminar concedida em ADIn, suspenso a eficácia de tal dispositivo.

27. Em relação à Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, podemos afirmar:

I. Nos casos de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública, está o responsável sujeito, entre outras cominações, à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos em até oito anos, proibição de receber incentivos creditícios pelo prazo de cinco anos.

II. O processo disciplinar destinado a apurar ato de improbidade será processado na forma prevista nos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares. Ao Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas será

dado conhecimento do procedimento administrativo, que, somente após o julgamento final pela autoridade administrativa, será cientificado da conclusão a que chegou a administração.

III. A ação principal, que terá rito especial, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

IV. As ações destinadas a apurar as sanções por improbidade administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança; em cinco anos no caso de ocupante de cargo efetivo.

V. As ações previstas na lei dependem da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio, ou da rejeição das contas pelos órgãos de controle competentes.

a) Todas as alternativas estão corretas;

b) Todas as alternativas estão incorretas;

c) I, II, III e V estão incorretas;

d) I, II, IV e V estão incorretas.

28. Com relação à desapropriação, a imissão provisória poderá ser feita nas seguintes condições:

I. Na desapropriação por utilidade pública, independentemente da citação do

réu, mediante o depósito do preço oferecido, se este for superior a vinte vezes o valor locativo, caso o imóvel esteja sujeito ao imposto predial.

II. Na desapropriação por utilidade pública, independentemente da citação do réu, mediante o depósito do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior.

III. Na desapropriação por utilidade pública, após a citação do réu, mediante o depósito da quantia correspondente a vinte vezes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao imposto predial e sendo menor o preço oferecido ao réu.

IV. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, incidirão juros compostos de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros moratórios.

V. Da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação, com efeito

simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriante, e com ambos os efeitos, quando for pelo expropriado, e, quando condenar o expropriante em quantia superior ao dobro da oferecida fica sujeita ao duplo grau de jurisdição.

- a) Todas as respostas estão incorretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I, III, IV e V estão corretas.

29. Sobre Licitação e Contratos Administrativos, podemos afirmar:

- a) Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro e nas licitações internacionais para a aquisição de bens e serviços financiados por organismo financeiro internacional, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.
- b) A duração dos contratos administrativos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo quando, entre outras hipóteses previstas na lei, tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma

contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

c) Os crimes definidos na Lei de Licitações e Contratos, que não admitem tentativa, sujeitam seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo e as penas impostas são acrescidas da terça parte quando os autores forem ocupantes de cargos em comissão.

d) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar ao contratado, entre outras sanções administrativas, a suspensão temporária de participação em processo de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.

30. De acordo com entendimento do STF, em relação aos servidores públicos, aponte a resposta correta:

- I. A fixação de vencimentos dos servidores não pode ser objeto de convenção coletiva.
- II. É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores

estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

III. Não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

IV. O limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

V. O edital de concurso público pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) As alternativas I e V estão incorretas.
- c) As alternativas I, II e V estão incorretas.
- d) Apenas a alternativa V está incorreta.

DIREITO CIVIL

31. À luz da Lei de Introdução do Código Civil é **CORRETO** afirmar que:

I. As normas poderão retroagir, desde que não ofendam o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada;

II. A lei terá efeito futuro e geral, respeitados o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

III. A lei sempre terá vigor até que outra a modifique ou a revogue;

IV. A lei revogada não se restaura por ter

a lei revogadora perdido a vigência.

- a) São falsos os itens I, II e III.
- b) São falsos os itens II, III e IV.
- c) São falsos os itens I, II, III e IV;
- d) Apenas são falsos os itens III e IV.

32. Com base no novo Código Civil brasileiro é **CORRETO** afirmar que:

I. Usucapião especial expropriatório de imóveis, prazo de 05 anos;

II. Usucapião de servidões aparentes, com justo título e boa fé, prazo de 15 anos;

III. Usucapião de bens móveis, com justo título e boa fé, prazo de 3 anos;

IV. Até dois anos após a entrada em vigor do novo CC, os prazos do usucapião extraordinário de 10 anos e do ordinário de 5 anos são acrescidos de 3 anos;

- a) São falsos os itens I e II.
- b) São falsos os itens I, II e III.
- c) São falsos os itens II, III e IV.
- d) São falsos os itens II e IV.

33. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. A propriedade de bens imóveis é adquirida apenas pelo registro público, pelo usucapião e pelo direito hereditário.

II. Os bens imóveis existentes as margens

de rodovias estaduais estão sujeitos ao usucapião.

III. Os bens públicos podem ser penhorados para que sejam pagas indenizações reconhecidas por sentença judicial transitada em julgado.

IV. A união de gêneros secos chama-se confusão.

- a) São falsos todos os itens;
- b) Apenas são falsos os itens I, II e III;
- c) Apenas são falsos os itens I, II e IV;
- d) Apenas são falsos os itens II, III e IV.

34. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes;

II. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, por ambas as partes;

III. A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor;

IV. O juiz não pode em qualquer hipótese suprir, de ofício, a alegação de prescrição.

- a) Apenas são falsos os itens II, III e IV;
- b) Apenas são falsos os itens I, II e III;
- c) São falsos todos os itens;
- d) Apenas são falsos os itens I, III e IV.

35. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. O credor não pode receber prestação diversa da que lhe é devida, desde que mais valiosa.

II. Não é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

III. Para exigir a pena convencional é necessário que o credor alegue prejuízo.

IV. Ficará sem efeito a quitação feita mediante entrega do título se o credor provar, em 90 dias, a falta do pagamento.

- a) São falsos todos os itens.
- b) Apenas são falsos os itens I e II.
- c) Apenas são falsos os itens I, II e III.
- d) Apenas são falsos os itens II, III e IV.

36. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Na companhia o capital divide-se em cotas, obrigando cada sócio pelo preço de emissão da quota que adquirir.

II. Na sociedade em comandita por ações o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde solidária e limitadamente pelas obrigações da sociedade.

III. Na sociedade cooperativa, a

responsabilidade dos sócios será sempre limitada.

IV. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos 5 anos subseqüentes à transferência.

- a) São falsos todos os itens.
- b) São falsos os itens I, II e III.
- c) São falsos os itens I, III e IV.
- d) São falsos os itens II, III e IV.

37. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

I. Os procuradores do Estado do Pará recebem poderes, mediante instrumento de mandato, para representar esse ente público em juízo;

II. O empreiteiro de uma obra contribui apenas com o seu trabalho e de seus subordinados;

III. O uso comum dos bens públicos é sempre gratuito;

IV. Conforme o Código Civil, a locação de bem por tempo determinado cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.

- a) Apenas são falsos os itens I e II.
- b) São falsos os itens I, II e III.
- c) São falsos os itens I, III e IV.

d) São falsos os itens II, III e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

I. Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar o mandado de segurança por telegrama ou radiograma.;

II. Dar-se-á mandado de segurança de ato que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução.;

III. Dar-se-á mandado de segurança de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição.;

IV. Dar-se-á mandado de segurança de ato disciplinar, inclusive, quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) Os itens I, II e III são falsos.
- c) Os itens II, III e IV são falsos.
- d) Apenas os itens III e IV são falsos.

39. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

I. A autoridade coatora no mandado de segurança deverá prestar suas informações ao juiz, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua notificação.

II. O juiz poderá suspender o ato coator, no mandado de segurança, quando relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso deferida.

III. O Ministério Público, funcionando no mandado de segurança como custos legis, terá o prazo de 5 (cinco) dias para exarar seu parecer;

IV. A sentença no mandado de segurança será impugnada mediante apelação, que será recebida nos dois efeitos, não sendo passível de execução provisória.

a) Os itens I, II e III são falsos.

b) Os itens I e IV são falsos.

c) Os itens II, III e IV são falsos.

d) Os itens III e IV são falsos.

40. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

I. No mandado de segurança o impetrante poderá requerer o pagamento de vencimentos ou vantagens pecuniárias

anteriores ao ajuizamento da ação mandamental.

II. No mandado de segurança o impetrante poderá requerer a produção da prova pericial para demonstrar a veracidade de suas alegações.

III. O procurador do Estado do Pará assina as informações em substituição a autoridade dita coatora.

IV. O mandado de segurança tem prioridade sobre todos os atos judiciais.

a) Apenas os itens I, II e III são falsos.

b) Apenas os itens I, III e IV são falsos.

c) Apenas os itens II, III e IV são falsos.

d) Todos os itens são falsos.

41. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

I. O direito de impetrar mandado de segurança extinguir-se-á no prazo de 130 (cento e trinta) dias, contados da ciência, pelo interessado do ato impugnado.

II. Poderá o Presidente do Tribunal competente suspender a execução da liminar, em despacho fundamentado, a requerimento da pessoa jurídica de direito público interessada, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

III. Poderá ser concedida liminar em

mandado de segurança impetrado, visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.

IV. O mandado de segurança não substitui a ação popular.

- a) São falsos os itens I e III.
- b) São falsos os itens I, II e III.
- c) São falsos os itens III e IV.
- d) São falsos os itens II, III e IV.

42. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. A ação popular somente é cabível na defesa do patrimônio público.

II. O Ministério Público não poderá tomar a iniciativa de promover a ação popular.

III. Somente são passíveis de nulidade os atos lesivos ao patrimônio público em caso de incompetência, vício de forma e ilegalidade do objeto.

IV. A ação popular para a defesa do patrimônio público, integrante de sociedade de economia mista federal, será ajuizada perante a justiça comum estadual.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) São falsos os itens I, II e III.
- c) São falsos os itens I e III.

d) São falsos os itens II, III e IV.

43. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. No pólo passivo da ação popular estará apenas a autoridade responsável pelo ato ou contrato ilegal e lesivo ao patrimônio público.

II. Não haverá juízo prevento quando houver mais de uma ação popular envolvendo a mesma autoridade e o mesmo contrato ou ato ilegal e lesivo ao patrimônio público.

III. Na defesa do patrimônio público caberá suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

IV. É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

- a) São falsos os itens I, III e IV.
- b) São falsos os itens I e II.
- c) São falsos os itens I e IV.
- d) São falsos os itens III e IV.

44. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. A ação popular terá rito especial, durante todo o seu trâmite.

II. O Ministério Público na ação popular

sempre funcionará como custos legis.

III. O prazo de contestação da pessoa responsável pelo ato impugnado na ação popular é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado.

IV. Caso não requerida, até o despacho saneador, a produção de prova testemunhal ou pericial, o juiz ordenará vista às partes por 10 (dez) dias, para alegações.

- a) São falsos os itens I, II e III.
- b) São falsos os itens I e III.
- c) São falsos os itens III e IV.
- d) São falsos os itens I e II.

45. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I.** Se o autor desistir da ação será assegurada apenas a qualquer cidadão dar prosseguimento a ação, no prazo de 100 dias a contar da última publicação dos editais de convocação.
- II.** A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor da ação popular ao pagamento do décuplo das custas.
- III.** A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no

caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de provas.

IV. A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação popular não estará sujeita ao recurso de ofício.

- a) São falsos todos os itens.
- b) São falsos os itens III e IV.
- c) São falsos os itens I, II e III.
- d) São falsos os itens I e IV.

46. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I.** A ação civil pública poderá ser proposta por pessoa jurídica de direito público interessada e associação legalmente constituída a pelo menos 2 (dois) anos e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC, dispensada a autorização assemblear.
- II.** O Estado do Pará poderá instaurar inquérito civil, visando apurar ameaça ou violação a direito ou interesse difuso, bem como apurar os fatos e colher provas que permitam a propositura responsável de ação civil pública.
- III.** Poderá o presidente do tribunal competente suspender a execução de liminar, concedida em ação civil pública, a pedido da pessoa jurídica de direito

público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

IV. A multa cominada liminarmente, em ação civil pública, será exigível do réu, desde o dia do descumprimento da decisão concessiva da medida liminar.

- a) Todos os itens são falsos;
- b) Os itens I, II e IV são falsos;
- c) Os itens I, III e IV são falsos;
- d) Os itens II, III e IV são falsos.

47. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Consoante o CPC, denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

II. Fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

III. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, em nenhuma hipótese.

IV. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

a) Todos os itens são falsos.

b) Os itens I, III e IV são falsos.

c) Os itens I, II e III são falsos.

d) Os itens II, III e IV são falsos.

48. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, ressalvado o disposto no art. 558 do CPC.

II. O recurso extraordinário pode ser interposto das causas decididas, em última ou única instância, quando, dentre outras hipóteses, a decisão recorrida violar dispositivo da Constituição Federal ou declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

III. O recurso extraordinário pode ser interposto das causas decididas, em última ou única instância, quando, dentre outras hipóteses, a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da CF/88 ou julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

IV. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a

repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) Todos os itens são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- d) Os itens III e IV são falsos.

49. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

I. O recorrente poderá até a apresentação das contra-razões do recorrido, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

II. O recurso ordinário pode ser interposto das decisões denegatórias de mandados de segurança, proferidas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

III. O recurso ordinário pode ser interposto em causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

IV. O recurso especial pode ser interposto quando a causa decidida, em última ou única instância, for proferida pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos

tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

- a) Os itens I e II são falsos.
- b) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- c) Os itens I, II e IV são falsos.
- d) Os itens II, III e IV são falsos.

50. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

I. São inquiridos em sua residência ou onde exercem a sua função, dentre outros, o Presidente e o Vice- Presidente da República; os Governadores dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e os Deputados Estaduais.

II. O juiz pode, de ofício, ordenar à parte a exibição parcial dos livros e documentos, extraindo-se deles a suma que interessar ao litígio, bem como reproduções autenticadas.

III. As cartas, bem como os registros domésticos, provam contra quem os escreveu somente quando enunciam o recebimento de um crédito.

IV. Vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

- a) Todos os itens são verdadeiros.

- b) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- c) São falsos os itens III e IV.
- d) São falsos os itens II, III e IV.

51. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

- I. Reputam-se conexas duas ou mais ações, apenas quando lhes for comum o objeto e a causa de pedir.
 - II. A incompetência relativa poderá ser declarada pelo juiz de ofício.
 - III. O réu que apresentar reconvenção afastará os efeitos da revelia.
 - IV. O conflito de competência não obsta que qualquer das partes ofereça exceção declinatória do foro.
- a) Todos os itens são verdadeiros.
 - b) Todos os itens são falsos.
 - c) Apenas são falsos os itens I, II e III.
 - d) São verdadeiros os itens I e II.

52. Considerando as seguintes afirmações, assinale a alternativa

CORRETA:

- I. A oposição, oferecida até a sentença, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença
- II. Em uma ação de investigação de

paternidade é admissível o chamamento ao processo do verdadeiro pai pelo réu.

III. Cabe a nomeação à autoria ao que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.

IV. A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- c) Os itens III e IV são verdadeiros.
- d) Os itens II, III e IV são verdadeiros.

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO
--

53. Considerando a posição prevalente no TST sobre a interpretação da norma trabalhista, é **CORRETO** afirmar:

- a) A norma constitucional que estabelece a prevalência da vontade das partes, expressa em acordos e convenções coletivas, submete-se à legislação vigente, pelo que o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, ao prever a possibilidade de redução da jornada de trabalho, mediante acordo ou convenção coletiva, não autoriza às partes a

ajustarem acordo para suprimir o pagamento ao trabalhador do período de deslocamento de sua residência até o local da prestação de serviço;

- b)** A cláusula de norma convencional coletiva que previu a dispensa do aviso prévio e o pagamento proporcional da multa de 40% do FGTS na hipótese de demissão sem justa causa, levando em conta a intensa rotatividade dos contratos de prestações de serviços em determinada e específica categoria, em contrapartida da proibição da dispensa imotivada de trabalhador pela empresa que assumir a prestação de serviço durante três meses é ilegal pela impossibilidade de renúncia coletiva aos direitos sociais fundamentais;
- c)** O art. 8º da CLT autoriza o juiz do trabalho, na falta de disposição legal específica, a decidir por analogia, que é a possibilidade de o intérprete estender a lei a casos por ela não previstos, guardadas as balizas legais, pelo que não é possível a interpretação analógica ampliativa para permitir a incidência do disposto no artigo 72 da CLT, para abranger trabalhador que desempenha serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), concomitante com outras tarefas, sem exclusividade. Logo, o dispositivo da

legislação trabalhista e a Súmula 346 só são aplicáveis aos trabalhadores que executam serviços permanentes, ou seja, quando a digitação consistir na atividade única do empregado;

- d)** A aplicação da equidade, como parâmetro para mensuração da indenização judicial por danos morais, não pode ser aceita, pois viola o princípio da reserva legal, consubstanciado no artigo 5º, II da Constituição Federal.

54. A respeito da relação de trabalho é **CORRETO** afirmar:

- a)** A disposição do artigo 114, I da Constituição Federal se refere a competência da Justiça do Trabalho para julgar os dissídios decorrentes de relação de trabalho, desde que presentes os requisitos de pessoalidade, subordinação, não-eventualidade e onerosidade;
- b)** As expressões “relação de emprego” e “relação de trabalho” traduzem situações idênticas, inexistindo diferença conceitual para fundamentar um tratamento distinto, conforme a doutrina dominante;
- c)** A distinção entre relação de trabalho e relação de consumo é relevante para

definição da competência jurisdicional com vista a solução dos dissídios. A relação de consumo é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor e possui por objeto a defesa dos direitos do cidadão na condição de consumidor e não como prestador de serviço, pelo que a lide propriamente da relação de consumo entre o consumidor e o prestador de serviço escapa à competência da Justiça do Trabalho, pois aí não se trata de disputa originada na relação de trabalho;

d) A definição de relação de trabalho, constante no artigo 114, I da CF depende de regulamentação pela legislação ordinária, nos termos do mesmo artigo 114, IX, da Constituição Federal, devendo ser estabelecida pela legislação ordinária as hipóteses de incidência da competência da Justiça do Trabalho.

55. Responda a questão abaixo assinalando a alternativa

INCORRETA:

a) Pelo princípio da alteridade, que é característica do pacto laboral, os riscos do estabelecimento empresarial e os derivados do próprio contrato de trabalho são transferidos ao

empregador;

b) Em se tratando de relações interempresariais de transferência de universalidades é possível a limitação da responsabilidade do adquirente perante o dissídio trabalhista, firmando a responsabilidade processual laboral do antigo empregador pelo passivo trabalhista existente até a data da transferência;

c) O contrato de empreitada é distinto do contrato de trabalho, cuja apreciação, apesar de sua natureza civil, está incluído na competência jurisdicional da Justiça do Trabalho;

d) O poder diretivo do estabelecimento pertence ao empregador. Desta possibilidade emerge seu direito potestativo, que é a prerrogativa assegurada pela ordem jurídica a seu titular de alcançar efeitos jurídicos de seu interesse mediante o exclusivo exercício de sua própria vontade, especialmente na direção dos rumos do estabelecimento e do negócio, ressalvada porém a estipulação de condições contratuais no pacto trabalhista, marcada pela bilateralidade;

56. Sobre o salário e a remuneração, é

CORRETO afirmar:

- a) São caracteres do salário: natureza alimentar, como meio de atender as necessidades pessoais e familiares, caráter forfetário, correspondendo a uma obrigação absoluta do empregador e a irredutibilidade salarial, garantida constitucionalmente em qualquer hipótese;
- b) A disposição constitucional de respeito ao salário mínimo não é absoluta, sendo perfeitamente possível a fixação de salário base em patamar inferior ao mínimo legal;
- c) O descumprimento, pelo comprador, das obrigações resultantes do negócio dá ao empregador o direito de proceder ao estorno das comissões ou percentagens auferidas pelo empregado, pois nos termos da CLT “o pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem”.
- d) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio do contrato realidade;

57. Assinale a alternativa **INCORRETA**, conforme a jurisprudência do TST.

- a) O servidor público, selecionado pela via do concurso público e contratado sob a égide do regime da consolidação das leis do trabalho, possui direito à estabilidade do artigo 41 da CF;
- b) o empregado público que adquiriu estabilidade na promulgação de Constituição, em 1988, na forma do artigo 19 do ADCT da CF, pode ser dispensado, independentemente do ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave;
- c) conforme a iterativa jurisprudência do TST, ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que desenvolva atividade econômica, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988;
- d) Contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, dos valores referentes aos depósitos do FGTS e das verbas rescisórias incontroversas.

58. Sobre equiparação salarial, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Para a finalidade prevista no § 2º do art. 461 da CLT, apenas é válido, para excluir o direito a equiparação, o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, incluindo-se nessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional, aprovado por ato administrativo da autoridade competente.
- b) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.
- c) Mesmo se presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é fator excludente da equiparação a circunstância do desnível salarial ter origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma.
- d) A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

59. Considerando a posição do TST sobre a Ação Rescisória, é **INCORRETO** afirmar:

- a) É improrrogável o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense. Aplicação do art. 775 da CLT.
- b) Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.
- c) Não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- d) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito

em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.

60. Considerando a decisão proferida contra a Fazenda Pública é **INCORRETO** afirmar:

- a) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, decisão contrária à Fazenda Pública Federal, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- b) Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do STF ou com súmula ou orientação jurisprudencial do TST.
- c) O dissídio de alçada é aplicável em ação rescisória e em mandado de segurança.
- d) A decisão proferida contra os interesses da Fazenda Pública e sujeita, por força de lei, ao duplo grau de jurisdição obrigatório, apenas transita em julgado após ser confirmada pelo respectivo Tribunal.

61. Em se tratando de descontos previdenciários realizados em virtude de decisão da Justiça do Trabalho é

INCORRETO afirmar:

- a) A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais provenientes das sentenças que proferir. A competência da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias alcança as parcelas integrantes do salário de contribuição, pagas em virtude de contrato de emprego reconhecido em juízo, ou decorrentes de anotação da CTPS, objeto de acordo homologado em juízo.
- b) Compete à Justiça do Trabalho a cobrança de contribuição previdenciária em virtude de vínculo de emprego reconhecido em acordo extrajudicial, perante Comissão de Conciliação Prévia.
- c) Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, §4º, do Decreto n.º 3.048/99 que regulamentou a Lei n.º 8.212/91 e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição.
- d) É do empregador a responsabilidade

pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultante de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, devendo incidir, em relação aos descontos fiscais, sobre o valor total da condenação, referente às parcelas tributáveis, calculado ao final, nos termos da Lei nº 8.541/1992, art. 46 e Provimento da CGJT nº 01/1996.

62. Tratando-se duração da jornada de trabalho, é **CORRETO** afirmar:

- a) O trabalho em turno ininterrupto implica na necessidade de concessão de 30 minutos de intervalo intrajornada. A ausência de intervalo implica no pagamento do período respectivo como jornada extraordinária.
- b) O intervalo intrajornada é norma de segurança e medicina do trabalho, apenas podendo ser flexibilizada na hipótese de Convenção Coletiva onde haja o deferimento de vantagem real e palpável a categoria profissional.
- c) O trabalho em turno ininterrupto implica na necessidade de concessão de 30 minutos de intervalo intrajornada. A ausência de intervalo é irregularidade administrativa, sujeita a fiscalização do Ministério do Trabalho, sem repercussão pecuniária ao trabalhador.

d) A concessão de intervalo intrajornada para repouso e alimentação é norma de proteção mínima à segurança e à saúde do trabalhador e, por esse motivo, não está sujeita à negociação entre as partes, nos termos da Orientação Jurisprudencial (OJ) nº 342 da SDI-1 do TST, sendo inválida norma coletiva que permita a redução ou supressão do intervalo intrajornada, mesmo que tal signifique a antecipação do horário de saída na mesma duração do intervalo suprimido.

63. Tratando-se de compensação de jornada de trabalho, é **CORRETO** afirmar, considerando a jurisprudência consolidada do TST:

- a) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- b) O acordo individual para compensação de horas é inválido, salvo se fundado em norma coletiva autorizativa.
- c) O não-atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, mesmo se não

dilatada a jornada máxima semanal.

- d) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada.

64. Em se tratando do cabimento do Mandado de Segurança é **CORRETO** afirmar, considerando a jurisprudência do TST:

- a) A antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser inimpugnável mediante recurso ordinário.
- b) No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, não cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso.
- c) A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada.
- d) A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem direito da parte e, ao ser negado, admite a tutela do direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

65. Sobre os fundamentos da Ação Rescisória é **INCORRETO** afirmar:

- a) Documento novo é o cronologicamente velho, já existente ao tempo da decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo. Não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado: 1. sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda; 2. sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda.
- b) Não caracteriza dolo processual, previsto no art. 485, III, do CPC, o simples fato de a parte vencedora haver silenciado a respeito de fatos contrários a ela, porque o procedimento, por si só, não constitui ardil do qual resulte cerceamento de defesa e, em consequência, desvie o juiz de uma sentença não-condizente com a verdade.
- c) O art. 485, VIII, do CPC, ao tratar do fundamento para invalidar a confissão como hipótese de rescindibilidade da

decisão judicial, refere-se à confissão real, fruto de erro, dolo ou coação, e não à confissão ficta resultante de revelia.

d) Toda decisão judicial transitada em julgado é passível de rescisão, mesmo a homologatória de acordo, pois sobre a proposta das partes existe a decisão judicial homologatória, razão pela qual é possível a sua desconstituição calcada no inciso III do art. 485 do CPC (dolo da parte vencedora em detrimento da vencida), pois constitui fundamento de rescindibilidade que supõe solução jurisdicional para a lide.

66. Tratando-se de Mandado de Segurança como meio de rever decisão em processo de execução trabalhista é **CORRETO** afirmar.

a) Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que a parte possui direito à gradação prevista no art. 655 do CPC.

b) Mesmo havendo discordância do credor, em execução definitiva, o executado tem direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro

fiquem depositados no próprio banco, pois atendidos aos requisitos do art. 666, I, do CPC.

c) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.

d) Na pendência de agravo de petição, delimitados parcial e justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

67. Sobre o processo do trabalho é **CORRETO** afirmar:

a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são isentos do pagamento de custas, dos emolumentos e do reembolso das despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.

b) Na audiência de instrução e julgamento o empregado e o empregador devem estar presentes; ao empregador é facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer

preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente; o empregado também possui esta faculdade, podendo ser representado de sorte a evitar o arquivamento.

- c) O inquérito para apuração de falta grave representa uma solicitação do empregador ao Poder Judiciário para permitir a dispensa do empregado portador de estabilidade ou garantia no emprego e seu ajuizamento não prejudica a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado até a data da instauração do mesmo inquérito.
- d) As atribuições dos Juízes do Trabalho, titulares de Vara, estão exaustivamente enumeradas no artigo 659 da CLT.

DIREITO COMERCIAL E ECONÔMICO
--

68. Considerando a jurisprudência do STJ sobre título de crédito, é **INCORRETO** afirmar:

- a) É indevido o protesto, exclusivamente, de boleto bancário, sujeitando a quem der causa à indenização por dano moral e material.
- b) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não

goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.

- c) O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial;
- d) O avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, independentemente de figurar no contrato como devedor solidário.

69. Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, exceto os bens intangíveis da empresa.
- b) Na recuperação judicial e na falência não são exigíveis as obrigações a título gratuito.
- c) No regime de falência, a alienação da empresa com a venda de seus estabelecimentos em bloco, representa uma das formas de realização do ativo.
- d) A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do

emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

70. Considere as seguintes afirmações:

I. Segundo jurisprudência sumulada pelo STJ, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

II. A inversão do ônus da prova nas relações de consumo não depende de circunstâncias do caso concreto, constituindo-se em poder-dever do magistrado, salvo quando se tratar da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária, já que insere na esfera de discricionariedade do juiz.

III. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço é contratual e extracontratual, de vez que protege o consumidor e terceiros que estejam submetidos a riscos à integridade física (periculosidade) e patrimonial (insegurança).

IV. A competência para dirimir os conflitos inerentes às relações de consumo é da justiça local, no foro do lugar onde ocorrer o dano ou deva ocorrer ou no foro da Capital, para danos de âmbito nacional ou regional,

independentemente da competência da justiça federal.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- c) As alternativas III e IV estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO FINANCEIRO

71. O controle externo financeiro dos atos praticados na função administrativo-financeira, é exercido pelo Parlamento diretamente ou por intermédio Tribunal de Contas. Considerando esta afirmação e o entendimento do STF, é correto afirmar:

- a) As diligências do Tribunal de Contas, em sede de registro e controle de legalidade de aposentadoria, vinculam a Administração.
- b) É constitucional lei federal que confere aos tribunais de contas dos estados competência para fiscalizar recursos repassados pela União aos demais entes da federação.
- c) É inconstitucional dispositivo da LRF, o qual prevê que as contas submetidas

pelo Chefe do Poder Executivo a parecer prévio do Tribunal de Contas incluirão as dos presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público -, por ofensa ao art. 71, II da Constituição de 1988.

d) É constitucional lei federal que confere ao Tribunal de Contas da União competência para fiscalizar a aplicação de recursos proveniente de *royalties* decorrente da exploração de petróleo ou gás natural no respectivo território, na forma do art. 20, § 1º da Constituição.

72. Marque a alternativa **INCORRETA**:

a) Os planos programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual.

b) Pública é a necessidade coletiva satisfeita pelo processo do serviço público, onde o Estado institui e mantém regime jurídico e econômico próprio para satisfazê-la, propiciando a sua obrigatoriedade, segurança, imparcialidade, regularidade e continuidade, sob a responsabilidade dos agentes públicos ou delegadas sob supervisão.

c) É vedada a contração de operações de crédito que ultrapasse o montante fixado para despesa de capital, bem como a alienação de bens públicos para cobrir despesas correntes em qualquer hipótese.

d) Não é vedada a vinculação de receita de impostos destinada a atender os direitos sociais de educação e saúde.

73. Considera as seguintes afirmações acerca do processo legislativo orçamentário:

I. A aprovação da Lei de diretrizes orçamentárias é obrigatória, de vez que a Constituição não permite a suspensão da sessão legislativa enquanto não aprovado o projeto de lei.

II. A emenda parlamentar ao projeto de lei orçamentária pode aumentar a despesa prevista, mas para isso devem ser indicados os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, desde que não incidam sobre pessoal e encargos, transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal, e serviço da dívida.

III. As emendas ao projeto de lei orçamentária não podem contrariar a lei de diretrizes orçamentárias e o plano

plurianual, mas as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias podem ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

IV. A previsão da receita orçamentária não pode ser objeto de discussão no projeto de lei orçamentária anual, salvo quando estiver relacionada com a correção de erros ou omissões de ordem técnica e legal, caso em que se permite a reestimativa da receita pelo Poder Legislativo.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as alternativas I e III estão erradas;
- b) Apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- c) As alternativas III e IV estão erradas;
- d) Apenas a alternativa III está errada.

74. Considerando a possibilidade de alteração da lei orçamentária, assinale a **INCORRETA**:

- a) A lei orçamentária pode ser alterada por ato do Poder Executivo, quando previamente autorizado na lei orçamentária para abertura de créditos adicionais suplementares;
- b) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de

lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes não podem ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais;

- c) A abertura de créditos adicionais extraordinários é feita por Decreto, o qual é dado imediato conhecimento ao Poder Legislativo, mas essa regra não se aplica a União que se utiliza de medidas provisórias nesse caso, apesar da vedação constitucional aplicável a essa espécie normativa para dispor sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais;
- d) Os créditos adicionais extraordinários serão preferencialmente financiados pelo excesso de arrecadação de receitas, podendo a União, mediante lei complementar, instituir empréstimo compulsório para atender gastos decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência.

75. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, é vedado ao Poder ou órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal a concessão de

vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, inclusive a revisão geral prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

- b) a prévia dotação na lei orçamentária e a autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias são requisitos constitucionais para a concessão de qualquer vantagem ou aumento na remuneração dos servidores públicos, sendo nula de pleno direito a despesa que não os atender;
- c) Os atos que criarem ou aumentarem despesas com pessoal será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- d) Os dispositivos da LRF que facultam a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária e a redução dos valores atribuídos aos cargos em comissão e função de confiança, foram suspensos cautelarmente pelo STF, sob o fundamento de ofensa à garantia da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos.

76. Considere as seguintes afirmações:

I. Embora o ICMS seja tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal, há precedentes consolidados no STJ de que é lícito à União, por tratado ou convenção internacional, garantir que o produto estrangeiro tenha a mesma tributação do similar nacional.

II. Consoante a Lei Estadual No. 5.530/89, não se constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

III. Conforme já consolidado pelo STF, Decreto Legislativo, que ratifique Convênio revogador de determinada isenção de ICMS no meio de um exercício financeiro, apenas passa a ter eficácia no primeiro dia do exercício seguinte.

IV. Após julgados improcedentes os embargos à execução, e já com data designada para a praça dos bens ofertados à penhora, foi editada lei que reduziu a multa fiscal aplicada às mesmas situações a que foi enquadrado o contribuinte executado. O contribuinte executado poderá se beneficiar, nesta execução, de tal redução.

Acerca destas afirmações, assinale

DIREITO TRIBUTÁRIO

a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas a afirmação IV está incorreta.
- c) As afirmações I e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e III estão corretas.

77. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Perde a imunidade do IPTU, quando alugado a terceiros, o imóvel pertencente à entidade sindical dos trabalhadores, ainda que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tal entidade.
- b) Tem-se por legítima a cobrança, pela Municipalidade, de taxa de licença, localização e funcionamento de estabelecimento comercial ou industrial, eis que presentes a contraprestação do serviço e a materialização do poder de polícia.
- c) De acordo com a regra do *solve et repete* o contribuinte apenas pode contestar a legitimidade do tributo após o ter pago. Tal regra foi adotada, na Lei de Execuções Fiscais nos casos de ação anulatória do ato declarativo da dívida.
- d) A imunidade recíproca dos entes federados não abrange as taxas.

78. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, a declaração do contribuinte por meio da Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF – não elide a necessidade da constituição formal do débito pelo Fisco.
- b) Lei poderá estabelecer alíquotas progressivas para o imposto de transmissão "inter vivos" de bens imóveis - ITBI com base no valor venal do imóvel.
- c) Na execução fiscal, o prazo para ingresso de embargos executórios começa a fluir da data da juntada do mandado de intimação à penhora aos autos da lide executória.
- d) A instituição dos emolumentos cartorários pelo Tribunal de Justiça afronta o princípio da reserva legal. Somente a lei pode criar e majorar os valores das taxas judiciárias.

79. Considere as seguintes afirmações:

- I. A obrigação tributária, antes do lançamento (ato que constitui o crédito tributário), não é exigível por indeterminação do sujeito passivo e por iliquidez.
- II. Os fatos geradores da obrigação tributária têm sido classificados como

instantâneos, continuados, periódicos e compostos. O imposto predial é exemplo de fato periódico.

III. As multas pecuniárias pelo descumprimento de obrigação tributária estão limitadas pelo princípio da vedação ao confisco, conforme entendimento do STF.

IV. Não incide o imposto de renda sobre o resultado das aplicações financeiras realizadas pelas cooperativas.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

80. Considere as seguintes afirmações:

I. É o fato gerador do tributo que o define como imposto, taxa ou contribuição de melhoria. Tal critério, todavia, não se torna útil para diferenciar os impostos das contribuições especiais e dos empréstimos compulsórios.

II. Ainda que com exceções, os autores identificam a elisão fiscal (evasão lícita) como a manobra do particular praticada antes da ocorrência do fato gerador,

evitando que este ocorra, diferenciando-na da evasão ilícita, eis que nesta o fato ocorre, mas se busca ocultá-lo.

III. Na chamada substituição tributária, o responsável tributário por substituição, muito embora tenha a obrigação de recolher o tributo, não pode ser caracterizado como o sujeito passivo da obrigação.

IV. O STJ vem se posicionando no sentido do cabimento de denúncia espontânea às obrigações acessórias.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas a afirmação III está incorreta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Todas as afirmações estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão incorretas.

81. Considere as seguintes afirmações:

I. O lançamento fiscal apenas se consuma com o julgamento administrativo definitivo do auto de infração.

II. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, mesmo nos casos de terem

sido reservados outros bens desonerados suficientes para pagamento total da dívida inscrita.

III. Quando o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens. Tal indisponibilidade, em certos casos, poderá ultrapassar o valor total exigível na lide executória.

IV. Os créditos decorrentes de acidente do trabalho preferem aos créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido anteriormente à decretação da falência.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas a afirmação IV está correta.
- b) Todas as afirmações estão incorretas.
- c) Apenas as afirmações I e III estão incorretas.
- d) Apenas as afirmações I e III estão corretas.

82. Marque a opção **CORRETA**:

a) A concessão de medida liminar visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário está condicionada ao depósito ou caução referente ao crédito impugnado.

b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

c) A consulta formulada pelo contribuinte, no prazo de pagamento do tributo, não inibe a incidência de juros moratórios enquanto a mesma permanecer pendente de resposta.

d) O STF já deixou assentado ser inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de dívidas fiscais, apenas nos casos de produtos perecíveis.

83. Considere as seguintes afirmações:

I. O consumidor de fato que assume o ônus econômico do ICMS não está legitimado a pleitear a repetição do indébito da exação que lhe desfalcou o

patrimônio.

II. A declaração de inconstitucionalidade de certo tributo, pelo STF, em ação direta, não influi na contagem do prazo para repetição ou compensação, conforme nova orientação jurisprudencial do STJ.

III. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

IV. Após interposta a ação de execução fiscal a Certidão de Dívida Ativa não poderá ser emendada ou substituída.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas a afirmação IV está correta.
- b) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- c) Todas as afirmações estão incorretas.
- d) As afirmações II e III estão corretas e as demais incorretas.

84. Considere as seguintes afirmações acerca do Processo Administrativo Fiscal Estadual:

I. O julgamento em primeira instância, compete ao Diretor da Julgadoria de Primeira Instância. Tal competência é indelegável.

II. A impugnação será indeferida, sem

que seu mérito seja apreciado, quando o contribuinte ingressar com ação judicial que tenha por objeto o mesmo da impugnação.

III. O Recurso Voluntário terá efeito suspensivo, exceto nos casos onde a decisão recorrida estiver fundada, exclusivamente, no reconhecimento de erro de fato.

IV. Junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, o Procurador do Estado possui direito à voz, mas não possui direito ao voto.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A afirmação III está correta.
- b) As afirmações II e IV estão corretas.
- c) Todas as afirmações estão corretas.
- d) As afirmações I e III estão corretas.

85. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O produto da arrecadação do IPVA constituirá receita exclusiva do Estado.
- b) A base de cálculo do IPVA é o valor constante do documento fiscal relativo à operação, acrescido do valor de opcionais e acessórios e das despesas de frete e seguro, quando se tratar da primeira aquisição do veículo por consumidor final, junto ao fabricante, revendedor ou importador.

- c) As máquinas agrícolas são isentas de IPVA.
- d) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.

86. Considere as seguintes afirmações sobre o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação:

- I.** É isenta do imposto a aquisição, por transmissão "Causa Mortis", de imóvel destinado exclusivamente à morada, apenas, do cônjuge supérstite, desde que este não possua outro imóvel.
- II.** Após o pagamento do imposto, não cabe pedido de isenção
- III.** O Imposto sobre transmissão "Causa Mortis" é devido ao Estado do Pará, quando nele estiver localizado o bem objeto da transmissão, por mais que a transmissão ocorra ou provenha da sucessão aberta em outro Estado ou no estrangeiro.
- IV.** Nas transmissões "Causa Mortis" ocorre apenas um fato gerador, independente de quantos sejam os herdeiros ou legatários.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as afirmações I e III estão

corretas.

- b) Todas as afirmações estão incorretas.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) As afirmações II e III estão incorretas.

87. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nas saídas de mercadorias e serviços promovidas por contribuintes submetidos a regime especial, o pagamento do imposto poderá ser exigido antes da entrega ou remessa da mercadoria ou da prestação de serviço.
- b) A CF/1988, no art. 150, § 7º, prevê duas modalidades de antecipação tributária: com substituição e sem substituição. A antecipação com substituição exige previsão em lei complementar. Já a antecipação sem substituição pode estar prevista em lei ordinária.
- c) A habitualidade não é característica essencial para caracterizar o contribuinte do ICMS.
- d) É constitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da emenda constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

88. Considere as seguintes afirmações:

I. O STF entende que a matéria atinente ao sigilo fiscal não está protegida pelo princípio constitucional da reserva de jurisdição.

II. É constitucional, conforme entendimento do STF, a exigência legal de depósito de multa, como condição de admissibilidade do recurso na esfera administrativa.

III. A medida cautelar fiscal poderá ser utilizada tanto antes, quanto após a constituição do crédito tributário, mas apenas em relação a este já que não poderá ser utilizada quando se tratar de crédito não tributário.

IV. Em nenhuma hipótese a sentença proferida na medida cautelar fiscal fará coisa julgada, relativamente à execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Todas as afirmações estão corretas.
- d) Apenas as afirmações III e IV estão corretas.

89. Considere as seguintes afirmações:

I. A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

II. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção e dispensa de cumprimento de obrigação acessória.

III. Norma legal que altere o prazo de recolhimento da obrigação tributária deve se sujeitar ao princípio da anterioridade.

IV. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas a afirmação II está correta.
- b) Apenas a afirmação I está incorreta.
- c) As afirmações I e III estão incorretas e as demais corretas.
- d) As afirmações I e III estão corretas e as demais incorretas.

90. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O parcelamento é ato discricionário da administração pública, pelo que o contribuinte apenas passa a ter direito líquido e certo sobre o mesmo após ser

concedido pela autoridade administrativa .

- b) O STJ vem consolidando o entendimento no sentido de não admitir a conexão entre a execução e a ação de conhecimento que ataca o título executivo no qual se fundamenta a primeira, independentemente da oposição de embargos do devedor.
- c) O STJ vem consolidando o entendimento de que a edição de decreto antecipando o prazo de recolhimento do ICMS, ainda durante o período (mês) de competência, ofende o princípio da legalidade, por se configurar a data do vencimento como elemento constitutivo do tributo.
- d) A compensação de créditos tributários pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

DIREITO AGRÁRIO

91. Considere as seguintes afirmações:

I. A Sesmaria foi um dos primeiros instrumentos usados pela Coroa Portuguesa para ocupação do Brasil e consistia, grosso modo, em conceder pedaços de terras para que eles fossem povoados e transformados em produtivos.

Nesta concepção estaria, desde tempos remotos, embutido o princípio da função social da propriedade, já que na hipótese de não se cumprir a determinação de povoamento e produção, as terras deveriam ser revertidas para a Coroa.

II. A Lei nº 601, de 1850, visou a regularização da situação das sesmarias e das posses ou ocupações. Seu objetivo era definir o que estava na posse ou no domínio de particulares, para, em consequência, verificar o que era do domínio público.

III. A CF/88 ao mesmo tempo em que assegurou a propriedade como um direito individual e como princípio da ordem econômica, estabelece que ela atenderá a sua função social e - quando a propriedade for rural - esta estará atendida se forem preenchidos os requisitos do aproveitamento racional e adequado da terra, da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, da observância das disposições que regulam as relações de trabalho e quando a exploração favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

IV. A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 regulamentou os dispositivos relativos à Reforma Agrária, constantes

do Capítulo III, Título VII, da CF/88, enumerando e conceituando todos os requisitos do art. 186 que caracterizam a propriedade como cumpridora de função social.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas a I está correta.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

92. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Da sentença que fixar o preço da indenização de desapropriação por interesse social caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado e, em ambos os efeitos, quando interposta pelo expropriante.
- b) Devido ao interesse social que fundamenta o programa de reforma agrária e por força da necessidade de que sejam economicamente viáveis, os imóveis desapropriados para reforma agrária não se sujeitam às normas ambientais de restrição do uso da propriedade.
- c) A União não poderá desapropriar, por interesse social, bens do domínio dos

Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, mesmo que o ato seja precedido, em qualquer caso, de autorização legislativa.

- d) Os bens desapropriados por sentença definitiva, uma vez incorporados ao patrimônio público, podem ser objeto de reivindicação, desde que fundada em nulidade do processo de desapropriação.

93. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O domínio da União sobre os terrenos de marinha decorre de expressa prescrição constitucional (art. 20, VII, da CF/88, e legislações anteriores), não lhe sendo oponível a cadeia dominial que se desenvolveu de forma equivocada, a partir da transmissão da “propriedade plena” do imóvel de particular para particular, já que todas as terras brasileiras foram originalmente públicas. Os títulos particulares, ainda que registrados, não se sobrepõem a propriedade legal do Poder Público, pois tratam-se de transmissões a non domino, as quais não operam efeitos em relação ao bem público, uma vez localizada a “propriedade” na faixa de marinha.

- b) Ambos, terrenos de marinha e terrenos

marginais, são bens da União que sofrem a influência das marés.

c) A enfiteuse, apesar de proibida pelo novo Código Civil, foi mantida para os terrenos de marinha, a teor do art. 49, § 3º do ADCT da CF/88 e do art. 2.038, § 2º do próprio Código Civil.

d) As margens dos rios navegáveis são domínio público, insuscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, excluídas de indenização.

94. Sobre os contratos agrários, marque a alternativa **CORRETA**:

a) A lei só reconhece os chamados contratos nominados, arrendamento e parceria rural, não dispondo sobre os contratos ditos inominados.

b) Os contratos de parceria e arrendamento rural não podem ser verbais.

c) Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, mediante, certa

retribuição ou aluguel, vedado o subarrendamento.

d) Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem.

95. Considere as seguintes afirmações:

I. Se em uma propriedade rural a exploração econômica apresentar condições de trabalho análoga a de escravo, essa realidade poderá servir como fundamento para a desapropriação da terra, se associada à presença de outros requisitos jurídicos.

II. Um imóvel de propriedade do poder público que não esteja aplicado a nenhum

uso público, mas, que se encontre apenas ocupado por particular, não pode ser, juridicamente, considerado terra devoluta.

III. Segundo a Constituição federal vigente, para que terras sejam consideradas, tradicionalmente, ocupadas pelos índios, é necessário que elas contenham os seguintes elementos: sejam por eles habitadas em caráter permanente ou temporário; utilizadas para suas atividades produtivas; sejam imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

IV. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção do direito à indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

Acerca destas afirmações, assinale

a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e III estão incorretas.
- d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

DIREITO AMBIENTAL

96. Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto no art. 225 da CF/88 é **CORRETO** afirmar:

- a) É típico direito de segunda geração pois dentro do processo de afirmação dos direitos humanos materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos.
- b) É inconstitucional preceito de Constituição Estadual que submete o Relatório de Impacto Ambiental — RIMA — ao crivo de comissão permanente e específica de Assembléia Legislativa. A concessão de autorização

para desenvolvimento de atividade potencialmente danosa ao meio ambiente consubstancia ato do poder de polícia — ato da Administração Pública — entenda-se ato do Poder Executivo.

- c) A obrigação de reparar os danos causados por condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente depende das sanções penais e administrativas aplicadas aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas.
- d) A “farra do boi” e as “brigas de galo” são constitucionais porque o Estado é obrigado a garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não se levando em conta, no caso, a observância da norma do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, que veda a prática que acabe por submeter os animais à crueldade.

97. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A doutrina autorizada costuma definir o Direito Ambiental, sugestivamente, como um “direito horizontal”, já que formado, ao mesmo tempo, por normas de direito constitucional, de direito administrativo, de direito processual, de

direito civil, de direito penal, de direito internacional e até mesmo de direito do trabalho.

- b) Na Constituição Federal Brasileira, o meio ambiente, ecologicamente equilibrado é considerado bem de uso comum do povo.
- c) De acordo com a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, o grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pela Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.
- d) Não há diferenças entre os conceitos legais da Estação Ecológica e da Reserva Biológica.

98. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A ação civil pública em defesa do meio ambiente deve ser obrigatoriamente precedida de inquérito civil público, sob pena de nulidade.
- b) Os órgãos públicos legitimados a ajuizar ações civis públicas poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. Assim, não só o

Ministério Público, mas a União, Estados e Municípios e até mesmo as autarquias desses entes poderão firmar os chamados TAC's, em matéria ambiental.

- c) O Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento no sentido de que os crimes ambientais devem ser julgados, em regra, pela Justiça Estadual, surgindo a competência da Justiça Federal apenas quando houver configurado, em tese, violação a bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- d) A participação do Ministério Público em ação civil pública, inclusive a de caráter ambiental, é obrigatória. Quando não for parte, atuará como fiscal da lei.

99. Considere as seguintes afirmações sobre os Recursos Hídricos:

I. A água é um bem de domínio público, motivo pelo qual é insuscetível de apropriação pelo particular, sendo que este tem, apenas, o direito à exploração das águas subterrâneas mediante autorização do Poder Público cobrada a devida contraprestação.

II. As águas, constitucionalmente, são bens apenas da União, sendo que a esta

também cabe, exclusivamente, a gerência das águas e a competência para legislar sobre o tema.

III. O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

IV. A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Acerca destas afirmações, assinale a alternativa **CORRETA**

- a) apenas a III está errada.
b) apenas a II está errada.
c) I, II e IV estão certas.
d) I, II e III estão certas.

100. Sobre crimes ambientais é **INCORRETO** afirmar:

a) Como a reparação do dano ambiental, após o recebimento da denúncia, somente terá reflexos na fixação da pena e na concessão de alguns benefícios, deverá o magistrado, ao fixá-la, levar em consideração a consequência para o meio ambiente, cotejando o dano e a reparação.

b) Não é crime ambiental o abate de

animal quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.

c) Não são crimes ambientais, mas sim contra a Administração Pública, destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar

protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

d) É crime contra a Administração Ambiental o funcionário público conceder licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público.

PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA
BELÉM, 20 DE NOVEMBRO DE 2005.

GABARITO

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1. B
- 2. C
- 3. D
- 4. A
- 5. C
- 6. A
- 7. D
- 8. C
- 9. B
- 10. A
- 11. D
- 12. B
- 13. C
- 14. D
- 15. A

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 16. D
- 17. C
- 18. A
- 19. C
- 20. B
- 21. D
- 22. C
- 23. D
- 24. C
- 25. A
- 26. D
- 27. C
- 28. B

- 29. B
- 30. D

DIREITO CIVIL

- 31. B
- 32. D
- 33. A
- 34. C
- 35. A
- 36. B
- 37. B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 38. C
- 39. B
- 40. D
- 41. A
- 42. C
- 43. B
- 44. D
- 45. D
- 46. B
- 47. C
- 48. B
- 49. A
- 50. C
- 51. B
- 52. C

**DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO
TRABALHO**

- 53. A
- 54. C
- 55. B
- 56. B
- 57. D
- 58. D
- 59. A
- 60. C
- 61. B
- 62. D
- 63. A
- 64. C
- 65. D
- 66. C
- 67. B

**DIREITO COMERCIAL E
ECONÔMICO**

- 68. D
- 69. A
- 70. B

DIREITO FINANCEIRO

- 71. C
- 72. C
- 73. D
- 74. B
- 75. A

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 76. C
- 77. A
- 78. D
- 79. C
- 80. B
- 81. A
- 82. B
- 83. D
- 84. B
- 85. A
- 86. C
- 87. D
- 88. B
- 89. C
- 90. A

DIREITO AGRÁRIO

- 91. B
- 92. A
- 93. B
- 94. D
- 95. C

DIREITO AMBIENTAL

- 96. B
- 97. D
- 98. A
- 99. B
- 100. C



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
XV CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO**

PROVA ESCRITA DE NATUREZA DISSERTATIVA

1ª. ETAPA

BELÉM, 14 DE JANEIRO DE 2006.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Disserte sobre o Controle de Constitucionalidade, abordando, necessariamente, os seguintes pontos:
 - a. A repercussão geral no Recurso Extraordinário.
 - b. As espécies de legitimados ativos para propositura de ADIn.
 - c. Possibilidade de controle preventivo jurisdicional, de lei, no direito brasileiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

2. Discorra sobre a “Terceirização na Administração Pública”, dando ênfase para os pontos abaixo relacionados:
 - a. A terceirização no Serviço Público e a nova ordem constitucional. Formas contratuais admitidas pela Lei Civil. Limites à terceirização. Atividade meio e atividade fim.
 - b. A questão da responsabilidade do Estado pelo inadimplemento das obrigações da contratada. Culpa *in eligendo* e *in vigilando*. Jurisprudência do TST e TCU.

DIREITO AGRÁRIO

3. Discorra sobre os terrenos de marinha e os terrenos marginais abordando o conceito de ambos, suas características, semelhanças e/ou diferenças, de quem são propriedade, se podem coexistir na mesma área e se são susceptíveis de desapropriação.

DIREITO AMBIENTAL

4. Discorra sobre o Princípio da Função Socioambiental da Propriedade, abordando a evolução conceitual da propriedade e sua atual vinculação com os Direitos Humanos.

DIREITO FINANCEIRO

5. O orçamento, de acordo com a legislação financeira passa por quatro estágios: a elaboração, a aprovação, a execução e a avaliação ou controle. Sem olvidar os momentos históricos por que passou a concepção de orçamento, verifica-se que o orçamento surgiu com a função precípua de controle político do Parlamento sobre o Poder Executivo, controle este exercido, em grande parte, pelos Tribunais de Contas.

Considerando o alargamento do controle orçamentário no ordenamento jurídico constitucional brasileiro discorra sobre os itens abaixo, consoante o entendimento doutrinário e dos Tribunais Superiores:

- a. A natureza jurídica das decisões dos tribunais de contas em sede julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração pública, nos termos do artigo 71, II da Constituição, bem como sobre a possibilidade de o Poder Judiciário apreciar as decisões das Cortes de Contas no exercício desta competência;

- b.** A obrigatoriedade de a Administração Pública cumprir as deliberações das Cortes de Contas no exercício das competências de registro de aposentadoria e reforma, conforme preceitua o artigo 71, III da Constituição;
- c.** As teses impeditivas de apreciação da constitucionalidade das leis orçamentárias adotadas pelo STF.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
XV CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO**

PROVA ESCRITA DE NATUREZA DISSERTATIVA

2ª. ETAPA

BELÉM, 15 DE JANEIRO DE 2006.

DIREITO CIVIL

- 1.** Comente a Responsabilidade Civil do Estado:
 - a. Na modalidade objetiva, fundada nas teorias do risco administrativo.
 - b. Na modalidade subjetiva, com base na culpa anônima do serviço público.
 - c. Por atos legislativos abstratos e concretos.
 - d. Por atos do Poder Judiciário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 2.** Comente, comparativamente, o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial, quanto aos seguintes aspectos:
 - a. Hipóteses de cabimento.
 - b. Pressupostos de admissibilidade.
 - c. Procedimento que será adotado no caso de interposição simultânea do Recurso Extraordinário e Recurso Especial.

- d. Procedimento que será adotado pela parte que teve negado seguimento ao Recurso Extraordinário e o Recurso Especial pelo juízo “a quo”, por falta de preenchimento de pressuposto de admissibilidade.

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

- 3. Discorra sobre a possibilidade de responsabilização judicial de Estado-Membro, acionista controlador, por obrigação trabalhista de sociedade de economia mista estadual não-liquidada, abordando as hipóteses de responsabilização por mero inadimplemento e por gestão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 4. Disserte sobre as implicações da declaração de inconstitucionalidade da regra-matriz da incidência tributária na repetição de indébito, abordando, necessariamente, os seguintes pontos:
 - a. Requisitos para a repetição de indébito.
 - b. A repetição nos casos de tributos vinculados a uma prestação estatal.
 - c. Os efeitos da declaração no prazo prescricional para a ação de repetição de indébito.

PROVA PRÁTICA 1

Situação

Fanfarrão Minésio, domiciliado à rua Canto das Facilidades, n. 171, bairro Vila Quadrada, Capital, agente público, ordenador de despesa da Administração Direta, em acerto com empresa de engenharia Tudo Faz LTDA, ajustou, sem procedimento de licitação, dispensa ou inexigibilidade e sem instrumento de contrato, serviços de engenharia no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). A Administração pagou antecipadamente o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Fanfarrão Minésio, tendo sido exonerado do cargo em comissão ocupado, o novo ocupante do cargo anulou o contrato - em obediência aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa - porque verificou que a execução do contrato não se cumprira, bem como apurou a responsabilidade do ex-gestor.

O ex-ordenador de despesa teve suas contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará por atos praticados pela sua passagem na Administração, com a condenação inclusive do valor do contrato de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

A empresa, dizendo que já tinha prestado serviços não pagos pela Administração, retém consigo alguns equipamentos do órgão público em sua sede, elaborando, inclusive, declaração protocolada no órgão contratante afirmando os motivos pelos quais retém os equipamentos.

Emitiu, com base na Nota de Empenho, em substituição ao termo de contrato, duplicatas sem aceite e protestou o título com a inclusão do número do CNPJ do Estado no SERASA e no SPC.

O novo ordenador de despesa, substituto do anterior, requer à Procuradoria do Estado que seja feita ação para anular um título protestado, retirar o nome do Estado do SERASA e do SPC e a retomada dos equipamentos que a empresa retém, o que é feito, por meio de ação de nulidade de título, combinada com obrigação de fazer (retirada do CNPJ do Estado do SERASA e do SPC) e com a obrigação de dar (restituição dos equipamentos retidos).

A empresa citada, contesta e propõe ação de cobrança, na vara cível e comercial, aduzindo que foi contratada de forma emergencial, diz que foram feitas medições, sem apresentar documentos, juntando aos autos duplicata no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), assinada por um funcionário do órgão público. Apresenta também Nota Fiscal e Nota de Empenho, emitidas, bem como declaração do ex-ordenador de despesa (Fanfarrão Minésio), com data anterior a Nota de Empenho e a Nota Fiscal, confirmando o débito, requerendo, ao final, a condenação do Estado no valor integral do ajuste firmado mais juros e correção monetária, indicando R\$ 1.000,00 (mil reais) como valor da causa para fins meramente fiscais.

Você como Procurador do Estado que medidas processuais tomaria. Prepare a(s) peça(s) processual(is) cabíveis ao caso.

PROVA PRÁTICA 2

JOÃO DA SILVA propôs contra o ESTADO DO PARÁ (CMT DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ), em 1999, ação ordinária de reintegração no cargo de Soldado da Polícia Militar do qual foi excluído, mediante licenciamento a bem da disciplina policial militar, consoante disposto no art. 31 do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Pará vigente à época¹ (processo judicial n. 00000000000 - 00ª. Vara Cível da Capital). O licenciamento em tela foi publicado no Boletim Geral n. 000, de 31 de março do ano de 1995.

O autor da ação ingressou na Polícia Militar do Estado no dia 01 de dezembro de 1993, onde permaneceu até a data do licenciamento (31.03.1995).

Impende salientar que o autor da ação foi afastado do serviço público em 31.03.1995, através do Boletim 000, com base no art. 31² do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (Decreto n. 2479, de 15.10.1982), art. 41, III³ do revogado Regulamento de Incorporação e Prorrogação de Tempo de Serviço de Praças da Polícia Militar e art. 54, IV do Estatuto dos Policiais Militares, vigentes à época da aplicação da punição disciplinar, não tendo sido configurado crime militar.

Cumprе mencionar que o autor ainda não possuía a estabilidade assegurada no art. 52, item IV, "A", do Estatuto dos Policiais Militares da PMPA, tendo em vista que não contava com 10 (dez) anos de efetivo serviço, por isso e com base na legislação então em vigor⁴, não houve a necessidade da instauração prévia do

¹ Decreto n. 2479, de 15.10.1982, revogado pela Lei Estadual n. 6833, de 13.02.2006, publicada no DOE 30624, de 15.02.2006.

² Regulamento Disciplinar da Polícia Militar revogado dispunha em seu art. 31, in verbis: Licenciamento e Exclusão a bem da disciplina consistem no afastamento "ex-officio, do Policial Militar das fileiras da Corporação, conforme prescrito no Estatuto dos Policiais-Militares. §1º. Licenciamento a bem da disciplina deve ser aplicado à praça sem estabilidade assegurada, mediante a simples análise de suas alterações, por iniciativa do comandante, ou por ordem das autoridades relacionadas nos itens 1,2,3 e 4 do art. 10 quando: 1 – a transgressão afete o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe e como repressão imediata tornando-se assim absolutamente necessária à disciplina".

³ Legislação vigente à época: Art. 41 do Decreto 3768, de 15 de abril de 1985 (atualmente revogado pelo Decreto n. 323 de 14.08.2003) – A praça será licenciada "ex-officio": I - ... II ... III – A bem da disciplina, quando cometer falta grave que a torne incompatível para o desempenho das funções de policial-militar".

⁴ A título de informação é importante ressaltar que o Decreto n. 0323, de 14 de agosto de 2003, que aprovou o novo Regulamento de Incorporação e Prorrogação de tempo de serviço da polícia militar do Estado revogou o Decreto n. 3768, de 15.04.1985 e, no que concerne ao licenciamento e exclusão tratou

processo administrativo disciplinar ou sindicância administrativa para ensejar o afastamento, segundo regulamentação específica da corporação. Não houve interposição de recurso disciplinar.

Acrescente-se que o ponto de discussão da ação judicial girou em torno das garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal.

Em relação à ação judicial e em que pesem os argumentos expostos pelo Estado do Pará, mediante a utilização dos recursos cabíveis, todas as decisões (sentença, acórdão, acórdão dos Embargos de Declaração, decisões monocráticas trancando os RE e REsp e decisão monocrática improvendo o AI na Corte Suprema) foram contrárias às suas alegações de defesa.

A sentença, publicada no Diário da Justiça de 19.09.2000, concluiu que o militar (autor da ação) foi excluído (de acordo com a sentença judicial) sem o devido processo legal e ampla defesa, e que "em nenhum momento o art. 41 da Constituição Federal de 1988 afirma a obrigatoriedade de processo disciplinar apenas para servidores estáveis", o que ensejou a determinação judicial de sua reintegração aos quadros da PM/Pa.

Através de despacho datado de 17 de fevereiro de 2006, o Exmo. Dr. Procurador Geral do Estado determinou a V. Exa. que elaborasse parecer a respeito da possibilidade de ser instaurado novo procedimento administrativo (inclusive de acordo com a nova legislação que estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa-disciplinar dos integrantes da PM/PA - Lei 6833, de 13.02.2006), visando a exclusão do ex-PM dos quadros daquela Corporação, bem como sobre a circunstância de ter ocorrido ou não a interrupção da prescrição pelo ajuizamento da ação ordinária em 10.11.1999.

Por fim, a Corporação Militar informa nos autos administrativos que o ex-PM tem registro de diversas punições disciplinares na ficha disciplinar, inclusive uma detenção e três prisões, além da reincidência em faltas de natureza grave.

de assegurar a necessidade do devido processo legal, nos termos a seguir: Art. 36. O praça será excluído da Polícia Militar: III – a bem da disciplina, quando cometer falta grave que o torne incompatível para o desempenho das funções de policial militar, após a conclusão do processo legal”.

Com base na análise das premissas acima relacionadas deve V. Excelência elaborar parecer posicionando-se sobre todos os itens abaixo elencados, considerando a análise das normas pertinentes, a posição da doutrina e da jurisprudência, inclusive se houver divergência, apontando, todavia, solução jurídica para a Administração Pública.

I - Em face do ajuizamento da ação judicial e da anulação do ato de licenciamento, poderá valer-se a Administração da interrupção da prescrição contra o autor da ação? Analisar a questão da interrupção da prescrição pelo ajuizamento da ação judicial, nos termos do disposto no art. 219 do CPC e disposições legais pertinentes.

II - O poder de autotutela dos atos administrativos sofre a incidência do prazo prescricional? Que prazo deve ser considerado para tal fim? Como deve ser fixado o *dies a quo* para efeito de contagem do prazo de exercício da autotutela disciplinar?

III - Ao julgar inválidos os atos da Administração Pública que resultem da inobservância das normas constitucionais, há necessidade de que fique assentado na decisão judicial determinação para abertura de novo procedimento administrativo? Caso não haja na decisão judicial a ressalva "*sem prejuízo de regular renovação do processo*", poderá a Administração Pública instaurar novo processo disciplinar, com base no mesmo fato? Analisar do ponto de vista da aplicação do princípio da *res judicata*.

IV - Invalidado o ato demissório, e por força do contido em decisão judicial irrecorrível, deverá o servidor punido ser reintegrado ao cargo do qual foi despojado. Diante dessa determinação judicial, o processo administrativo, se for o caso, poderá ser instaurado sem o retorno do servidor faltoso? No caso de haver reintegração, o militar faz *jus* as verbas remuneratórias retroativas, já que o provimento jurisdicional que transitou em julgado, pelo princípio da adstrição ao pedido, não determinou esse efeito? Em caso afirmativo, quanto ao último quesito, qual o *dies a quo* desse efeito?

Com esses questionamentos, os autos foram remetidos a V. Exa. para emissão de parecer.

Atenção: As disposições do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, do Regulamento Disciplinar da PM/PA não serão objeto de cobrança para efeito de correção, salvo aquelas transcritas na prova ou colocadas à sua disposição para consulta, haja vista que fazem parte dos fundamentos jurídicos discutidos na ação judicial que tramitou no âmbito do Poder Judiciário.

GRADE DE RESPOSTAS ESPERADAS - FUNDAMENTOS SUSTENTADORES DAS TESES NO PARECER

I - INTERRUÇÃO - 3,00 pts

Dispõe o art. 219 do Código de Processo Civil:

"A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição".

Quanto aos efeitos da interrupção da prescrição, **o princípio é de que ela aproveita tão somente a quem a promove, prejudicando aquele contra quem se processa**

II - PODER DE AUTOTUTELA - DIES A QUO (2,00 pts)

O Supremo Tribunal Federal assim trata da matéria nas Súmulas de números 346 e 473.

"346 - A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos";

"473 - A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

CONFRONTAR A JURISPRUDÊNCIA ACIMA:

Artigo 1º do Decreto-Lei nº 20910/32, que dispõe: " As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação, contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.

Artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/99, restringe o direito do autocontrole, fixando o prazo improrrogável de 5 (cinco) anos: O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai, em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé."

DISPOSIÇÕES DO REGIME JURÍDICO

1 - A ação disciplinar prescreverá: I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DA ADMINISTRAÇÃO (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - MS. 22.679/DF, DE 03/09/1998)

DIES A QUO - Inexistindo processo administrativo e estando a Administração oficialmente ciente das faltas através do Boletim datado de 30.03.95⁵, e, ainda, considerado o efeito *ex tunc* da anulação do ato de licenciamento por ausência do devido processo legal conforme declarado na sentença judicial transitada em julgado, expirou em 30.03.2000 o lapso temporal de 5 (cinco) anos para a Administração proceder a competente ação disciplinar.

§1º art. 142 da Lei n. 8112, de 11.12.90. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

III - RENOVAÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR EM FACE DA RES JUDICATA (2,00 pts)

V. **José Armando da Costa**, pág. 156. "Assinale-se, por fim, que nem mesmo o Poder Judiciário, no exercício de uma das três frações da soberania nacional que lhe compete, poderá legitimamente decidir de modo contrário à constituição - autoridade da res judicata, art. 5º, inciso XXXVI, CF/1988 - nessas lides de natureza disciplinar, deixando aberta a chance para que a Administração sucumbente desrespeite essa franquia constitucional do indivíduo (segurança da coisa julgada).

A despeito da respeitável posição doutrinária (José Armando da Costa), a grande maioria da doutrina **admite a renovação da ação disciplinar, em face do princípio da indisponibilidade do interesse público**. Nesse sentido, é o próprio Judiciário que, na parte dispositiva de suas decisões, autoriza a Administração, em muitos dos casos levados a julgamento, a enfrentar novamente, no âmbito interno, a purgação do ato administrativo.

IV - POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO SEM A REINTEGRAÇÃO (2,00 pts)

Art. 41, §2 da Constituição Federal que determina: "*invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade*".

"*Acórdão do Supremo Tribunal Federal, que, em mandado de segurança, anulou o ato demissório de servidor e, sem prejuízo da instauração de novo processo disciplinar, determinou a reintegração deste. Processo instaurado sem o retorno do servidor ao seu cargo. Caso configurador de desacato à decisão do STF, em sua parte final.*

⁵ A prescrição, nas infrações disciplinares, começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido (Lei nº 8.112/90, art. 142, § 1º e Formulação do DASP nº 76).

Nesse sentido se transcreve acórdão unânime do STF, estampado na Reclamação n. 501-1 (Distrito Federal), interposta perante a Suprema Corte, em que se denota a desobediência a disposição judicial que determinou, sem prejuízo de novo processo, a reintegração de um servidor que havia sido irregularmente demitido:

"Acórdão do Supremo Tribunal Federal, que, em mandado de segurança, anulou o ato demissório de servidor e, sem prejuízo da instauração de novo processo disciplinar, determinou a reintegração deste. Processo instaurado sem o retorno do servidor ao seu cargo. Caso configurador de desacato à decisão do STF, em sua parte final. Reclamação parcialmente deferida".

No caso de haver reintegração, o militar faz jus as verbas remuneratórias retroativas, mesmo em face da suposta omissão do provimento jurisdicional que transitou em julgado. Assim, o *dies a quo* desse efeito será a data de seu afastamento, presume-se março/95.